



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Senador Levindo Coelho, Nº 735 - Bairro Oséas Maranhão - CEP 36506-130 - Ubá - MG - www.tjmg.jus.br

ANEXO II - Edital 4/2025

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CURSO SERVIÇO SOCIAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de textos; Concordância nominal; Concordância verbal; Regência verbal; Fonética – ortografia, acentuação gráfica, notações léxicas, emprego do sinal indicativo de crase, pontuação; Morfologia; Sintaxe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Regulamentação e fundamentos éticos da profissão do Assistente Social.
- O Serviço Social contemporâneo – novas exigências do mercado de trabalho e seus desafios nos espaços sócio-ocupacionais. Análise das multifacetadas manifestações da questão social.
- Legislação Pertinente ao Trabalho do Serviço Social no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- O Serviço Social no Campo Sociojurídico: suas especificidades e interfaces com as políticas sociais.
- Fundamentos Históricos, Teóricos- Metodológicos e Éticos do Estudo Social. O cotidiano de trabalho no espaço institucional. O uso do instrumental técnico no processo avaliativo.
- Estratégias e técnicas de intervenção – abordagem individual e com famílias. A investigação e a pesquisa na prática profissional do assistente social. Perícia social: finalidades, particularidades, relatórios, laudos e pareceres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social* (Resolução n. 273 de 1993). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 20 jun.2022.
2. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Lei de Regulamentação da Profissão em vigor* (Lei n. 8662 de 7 de Junho de 1993). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao>. Acesso em 20 jun.2022.
3. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 jun.2022.
4. BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 13 jun.2022.
5. BRASIL. *Lei n. 13431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Disponível em:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em 20 jun.2022.
6. BRASIL. *Lei n. 11.340, 07 de agosto de 2016*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 20 jun.2022.
 7. BRASIL. *Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 20 jun.2022.
 8. BRASIL. *Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em 20 jun.2022.
 9. BRASIL. *Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010*. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em 13 jun.2022.
 10. BRASIL. *Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 20 jun.2022.
 11. BRASIL. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil (CPC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 20 jun.2022.
 12. BRASIL. *Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 20 jun. 2022.
 13. BRASIL. *Lei n. 8742 de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em 20 jun. 2022.
 14. IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 15. BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sóciojurídica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 115, p. 407-442, jul.-set. 2013. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n115/02.pdf>. Acesso em: 20 jun.2022.
 16. MAGALHÃES, Selma Marques. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Editora Papel Social, 2019.
 17. FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva; FÁVERO, Eunice Teresinha; OLIVEIRA, Rita C. S. *Perícia em Serviço Social*. São Paulo: Editora Papel Social, 2021.

Ubá, na data da assinatura eletrônica

FELIPE TEIXEIRA CANCELA JR
Juiz de Direito e Diretor do Foro



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Teixeira Cancela Jr, Juiz(a) Diretor(a) do Foro**, em 28/05/2025, às 13:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22934820** e o código CRC **17F2462B**.
